

Política indigenista está em crise



Alcida: o índio como sujeito de sua história



Cardoso: pela manutenção do diálogo com o índio

Funai diz que a demissão de Apoena é irreversível

Cuiabá — O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Jurandy Marques da Fonseca, disse ontem que, caso o sertanista Apoena Meirelles, titular da delegacia do órgão no estado de Rondônia, não peça demissão do cargo, a sua exoneração será irreversível.

Eu não tenho nenhuma pressa. Tanto ele pode sair nesta semana quanto na próxima. Vai sair porque não concorda com a minha linha de ação dentro da Funai — disse Jurandy.

Ele confirmou a informação de que o deputado Mário Juruna entregou mesmo documento ao ministro da Justiça, Igrahim Abi-Ackel, nesta semana, solicitando que a Polícia Federal investigue a vida de Apoena Meirelles na Funai. Disse, ainda, que lerá o documento na próxima quarta-feira, quando retorna a Brasília depois de uma viagem que faz a diversas aldeias e postos do órgão no

nordeste de Mato Grosso.

Alvaro recusa-se a depor
Bauru — Três funcionários da Funai de Brasília, liderados pelo ex-delegado da Polícia Federal, Nelson Marabuto, estão em Bauru fazendo um inquérito para apurar se houve ou não a participação de chefes de postos e de funcionários do órgão ligados a Alvaro Villas-Boas no recente episódio da invasão da 12ª delegação regional por um grupo de 200 índios Kaingangue, Terena e Guarani. A informação foi dada pelo ex-delegado regional da Funai, Alvaro Villas-Boas, que foi convocado a depor e se recusou.

E os funcionários, supervisionados por um auditor da Funai vindo de Brasília, estão fazendo um levantamento das contas do órgão, para providenciar o fechamento definitivo da delegacia de Bauru e sua transferência para Londrina, no Paraná.

Márcio Di Pietro

José Humberto Fagundes

Que crise é essa? Depois de permanecer cerca de dois meses, desde que assumiu a nova administração da Fundação Nacional do Índio (Funai), praticamente a salvo de até então costumeira saraiada de críticas, o órgão encarregado da política indigenista oficial voltou ao banco dos réus. Desta vez, as acusações partiram do sertanista Alvaro Villas-Boas, já demitido, e de outro delegado da Funai, Apoena Meirelles, cuja demissão está prestes a ser efetivada. Os primeiros "ataques" foram publicados por um jornal de São Paulo, cuja direção mantém notórios laços de amizade com os Villas Boas, e comungam da mesma ideologia, de acordo com o presidente da Funai, Jurandy Fonseca.

A chamada crise de Bauru veio à tona exatamente a partir das acusações de Villas Boas e da ocupação daquela delegacia por duas centenas de índios Guarani, Terena e Kaingang. Existem várias versões. Esta semana, o *Jornal de Brasília* conversou com dois doutores em Antropologia, e professores da Universidade de Brasília, sobre o assunto. Um deles, diretor do Instituto de Ciências Humanas e presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), professor Roberto Cardoso, preferiu não se deter na análise do que considera "questões adjetivas", ou uma eventual luta interna pelo poder na Funai. O outro, a professora Alcida Rita Ramos, membro da Comissão do Índio da ABA, manifestou-se amplamente favorável à nova política esboçada pelo órgão e considerou a "crise de Bauru" como fruto do choque entre essa política e o paternalismo falido defendido por Vilas Boas. Ela até arriscou um comentário:

"A Funai é hoje talvez o órgão mais esclarecido da administração federal, pois atende aos anseios da comunidade a que serve. O que não é o caso, por exemplo, do Ministério da Educação, diante da greve dos professores, ou de outros tantos organismos da administração federal". Alcida Ramos, no entanto, não considera "nenhum favor" a abertura da Funai à participação dos índios: "Isso é coisa que eles mesmos conquistaram".

O professor Roberto Cardoso reitera que o problema de Bauru "é uma questão menor" e o que está mesmo em crise é a política indigenista oficial. Ele também garante que o paternalismo, que orientou durante longos anos essa política, faliu e que os índios o rejeitam cada vez mais, na medida que intensi-

ficam seus contatos com a sociedade nacional. Recorda que o movimento indígena cresceu de 1975 por cá e que as administrações anteriores da Funai jamais conseguiram conviver com esse fato novo, traduzido pela presença gradativamente mais marcante do índio no cenário nacional, entre outras coisas, em função de sua capacidade de mobilização.

Ele observa que os índios hoje já falam por si próprios — sem a interferência de terceiros — e têm uma participação crescente na gestão de sua política. Alcida Ramos completa o raciocínio lembrando que, se não há dúvida de que os indígenas são capazes de gerir os negócios em sua sociedade, agora veio o reconhecimento definitivo de que eles também podem gerir seu negócios junto à sociedade dominante. Para ela, o fato dos índios terem assumido cargos no órgão tutor é "histórico" e eles se tornaram, pela primeira vez, "sujeitos de sua própria história".

Uma nova política está sendo engendrada e os primeiros sinais de alteração no indigenismo oficial, conforme entende Roberto Cardoso, surgiram a partir do momento em que Jurandy Fonseca assumiu a Funai, e passou a contemplar a presença do movimento indígena. Uma mudança definitiva na política oficial, contudo, dependerá da continuidade do processo de "abertura" iniciado pela atual administração do órgão tutor, na opinião do presidente da ABA. Ele está convicto de que desse processo se beneficia toda a sociedade nacional, e não só as comunidades indígenas.

O Estado, por sua vez, deve considerar a renovação da política indigenista como algo altamente positivo para a eficácia do próprio Estado, em sua ação junto à sociedade brasileira, como um todo, ensina ainda o professor. É importante reconhecer no índio um "ator político", lembra ele, ao ressaltar que a própria identidade do índio ganhou um significado que não tinha há 10 ou 15 anos.

Antes, nenhum índio Terena, Tikuna, Guarani ou Kaingang, por exemplo, aceitava ser chamado simplesmente de índio, mas sim pelo nome de sua tribo. O termo índio tinha um sentido pejorativo para eles, atribuído pelo branco, que os considerava como um todo indistinto. Hoje, vemos o que Roberto Cardoso considera "a reversão do estigma", com a sociedade demonstrando cada dia mais respeito pelo índio, que afirma sua "indianidade", e apoiando seus esforços para ser reconhecido como cidadão.